

ANTES E DEPOIS DO TIRO: A POÉTICA ANTIGENOCIDA DOS SARAUS NEGROS

Paulo Sérgio Paz
Ari Lima

Resumo: o presente artigo tem como objetivo analisar como, ao longo de toda república, as forças de segurança nacional, a serviço do Estado, implementaram um amplo processo de genocídio da população negra brasileira. As estatísticas, que a cada ano chocam com o aumento dos crimes, têm cada vez mais revelado o racismo estrutural entranhado nas polícias militares e civis brasileira. Dito isto, é mais que necessário traçarmos um panorama dessa tragédia em andamento, vislumbrando sempre os dados cada vez mais realistas produzidos pelo próprio Estado, que insistem em dizer que não há racismo no Brasil, mas os números mostram o contrário. Esse artigo se propõe a debater, primeiramente, como se dar o surgimento e atuação das polícias militares, principalmente, frente aos sujeitos marginalizados e periféricos. Depois mostrarem como os sujeitos marginalizados e periféricos usaram da poesia para denunciar e combater esse extermínio, escrevendo poesias, criando espaços culturais, movimentando espaços periféricos. As reflexões acerca desse genocídio são subsidiadas pelas contribuições de Michel Misse (2011); Mércia Amorim (2020); Maria Aparecida Bento (2002); além do Atlas da violência (2019) e relatos pessoais sofridos nas mãos da polícia militar.

Palavras-Chave: Genocídio. Periferia. Polícia Militar. Poesia. Saraus.

BEFORE AND AFTER THE SHOOTING: THE ANTIGENOCIDAL POETICS OF THE BLACK SARAUS

Abstract: This article aims to analyze how, throughout the republic, the national security forces, at the service of the State, implemented a broad process of genocide against the Brazilian black population. The statistics, which each year shock with the increase in crimes, have increasingly revealed the structural racism ingrained in the Brazilian military and civil police. That said, it is more than necessary to draw an overview of this ongoing tragedy, always catching a glimpse of the increasingly realistic data produced by the State itself, which insists that there is no racism in Brazil, but the numbers show the opposite. This article proposes to debate, firstly, how the emergence and performance of the military police can take place, mainly, in relation to marginalized and peripheral subjects. Then show how marginalized and peripheral subjects used poetry to denounce and fight this extermination, writing poetry, creating cultural spaces and moving peripheral spaces. Reflections on this genocide are supported by contributions from Michel Misse (2011); Mércia Amorim (2020); Maria Aparecida Bento (2002); in addition to the

Atlas of Violence (2019) and personal accounts suffered at the hands of the military police.

Keywords: Genocide. Periphery. Military police. Poetry. Saraus.

Introdução

O sequestro de negros africanos é o maior ato genocida cometido na história e, por incrível que pareça, nenhuma nação foi devidamente julgada por este crime. No Brasil, o período colonial marca o início genocídio negro que, no entanto, não findou nem com a Independência, nem com a Abolição ou a República. Mesmo após a abolição os negros ainda continuaram a ser perseguidos pelo estado brasileiro através das forças de segurança, os negros passaram a ser inimigos do Estado, impedidos de ter acesso a saúde, a educação, à moradia, e isso perdurou por muito tempo, mesmo no século XXI, quando se cria políticas públicas que beneficiem os negros brasileiros, há um movimento na tentativa de barrar, através da retórica de que os negros são racistas.

O genocídio negro é uma engrenagem posta em circulação ainda no período escravocrata no Brasil, o Estado, através das forças de segurança eram respaldados pelas leis vigentes. Com o fim do período escravista essas leis sumiram, mas foram criadas outras leis que tinham como alvo os corpos negros, criando assim meios para o Estado abater os negros, agora “livres”. Com os passar dos anos as forças policiais ganharam cada vez mais poder para atuarem como justiceiros e isso resultou no que hoje, século XXI, estamos vendo, jovens negros sendo mortos todos os dias pela polícia militar brasileira. Como bem explica o sociólogo Florestan Fernandes (1978, p. 21):

Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso [...]. O genocídio está amplamente documentado e explicado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o as áreas de vitalidade econômica, onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. E posteriormente, o negro foi condenado à sociedade de

classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas (FERNANDES, 1978, p. 21).

Um dos temas que mais aparecem nas poesias periféricas dizem respeito à violência policial sofrida pela população negra. Numa breve observação, em uma edição de qualquer sarau ou *slam* nas periferias de Salvador, as poesias recitadas falam sobre a violência feita pelo Estado, através da Polícia Militar (PM). Outros dois temas aparecem como os mais frequentes nos saraus: a valorização e construção de uma identidade negra; as diversas violências sofridas pelas mulheres. Um tridente temático que mostra o quão ainda vivemos numa país racista que tem usado as diversas formas de genocídio para aniquilar os negros. Neste artigo vamos nos dedicar a como as forças policiais atuam com força letal, aplaudido pela caricata figura do cidadão de bem que vibra a cada morte de um jovem negro, mas são complacentes quando os criminosos são também da laia do cidadão de bem.

Antes e depois do tiro

Era mais uma noite indo para casa após oito horas de trabalho, apreensivo, caminhava sozinho em direção ao ponto de ônibus por volta das onze e meia da noite. Entre o trecho que vai da ladeira de Santana até o terminal da Barroquinha (Salvador/BA) fui severamente parado por uma viatura que de forma abrupta freou bruscamente já em cima da calçada, quase me atropelando, com os faróis altos, quatro policiais de armas enormes em punho me encurralaram na parede. Ao som de “encosta, desgraça”, “vagabundo” e “filho da puta” fui revistado e levei uns dois chutes antes deles pedirem meus documentos. Foram uns dez minutos de xingamentos e chutes que parecia que não sairia vivo daquela situação.

Por incrível que pareça, só sai vivo, sem nenhuma “bala perdida” encontrar meu corpo, porque na viatura que chegou o capitão – com o mesmo nome do personagem sanguinário do filme – me reconheceu como sendo, nas palavras dele “o menino que faz meu suco de graviola”.

Essa é uma experiência real que vivi no ano de 2012, das abordagens policiais que já tive, essa foi a mais aterrorizante, a morte se mostrou tão

presente naquele dia quando eu olhava para o rosto feroz daqueles policiais, quando encarava o cano das armas esperando a qualquer momento uma bala fosse sair e cortar minha carne. Ainda mais que nesse acontecimento eu não fiquei calado, não segui a cartilha negra que diz para não revidar as provocações, eu falei, chegou um momento que disse que naquela rua naquele momento o vagabundo não era eu, dando claramente a entender que eles que são os criminosos. Quando cheguei em casa refleti sobre tudo o que aconteceu, mas as lágrimas que caíram não eram de medo, eram de raiva por viver na cidade mais negra do país e a polícia militar (PM) ter uma estrutura tão racista como vemos aqui na Bahia.

Ser negro e andar pela cidade à noite é um risco que todo homem negro sofre, é como se houvesse uma delimitação espaço-geográfica de passagem desses sujeitos, como se a cidade não lhe pertencesse, ou restringisse seu local.

Trago esse relato real para adentrar em um assunto tão doloroso para nós negros e negras que moramos e circulamos pelas periferias: a violência policial. Eu hoje podia ser mais um negro que entrou para estatística de homens negros assassinados pela PM baiana, provavelmente iriam dizer que eu estava armado e atentei contra a vida dos policiais, ou fui morto por bala perdida, que de perdida não tem nada, pois sempre encontram um corpo negro para acertar. Ou era traficante como diria o poeta e ator WJ (Wesley Jr): “é só dizer que é traficante e pronto, e todo mundo acredita/Até eu acredito no que foi dito pelo supremo veredito/ E ai de mim se não acreditar/ talvez nem passe mais um dia vivo”.

Esse é o drama de muitos jovens negros que saem à noite nas principais cidades do país. Existe hoje, em todo território nacional, um elevado número de mortes de jovens entre 15 e 29 anos, desse número, a maioria assustadora é de jovens negros moradores das periferias urbanas. E o que vemos nos noticiários é um discurso camuflado de guerra contra as drogas, mas que, na verdade, a guerra é contra os jovens negros.

O *Atlas da Violência 2019* traz dados que mostram como a morte de jovens tem aumentado entre o ano de 2007 a 2017: “59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio” (Atlas da

Violência, 2019, p. 6). As regiões que mais causam mortes de jovens são o Norte e o Nordeste do país, muito influenciado, segundo o Atlas da Violência, pelo crescente número de facções nestas regiões, muitas destas oriundas do eixo Rio-São Paulo que migraram para o Norte e Nordeste do país.

Estes dados se tornam mais assustadores quando olhamos para o capítulo cinco, “Violência contra Negros”, e comprovamos o que ouvimos e vemos nos noticiários, isto é, que os jovens negros têm sido mortos numa quantidade alarmante:

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros [...] (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos [...]. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

São dados assustadores que dão a ideia de que negros e brancos vivem em dois países dentro de um mesmo território. Ainda segundo o *Atlas da Violência*, os estados da região Nordeste são os que têm mais número de homicídios de negros e a Bahia ocupa o sexto lugar em assassinato de jovens entre os nove estados do Nordeste. Com uma concentração superior a cinquenta por cento de pessoas negras, a Bahia se apresenta como um local perigoso para a população negra viver. O medo vem de dois lados, seja através da violência das brigas de facção, que tem recrutado e matado vários jovens com menos de 20 anos, seja pela violência policial, cada dia mais corriqueira que tem tirado a vida até das crianças.

Um dado levantado pelo *Atlas da Violência* mostra que, a cada 100 pessoas assassinadas, 75% são negras. E há um dado ainda mais alarmante: o número expressivo de mortos que não tinha passagem pela polícia, mas que,

mesmo assim, são rotulados como traficantes “pelo supremo veredito”. Esse discurso disseminado pelos programas policiais, construído através de uma retórica que mistura uma performance do narrador com uma atuação digna de novela, acaba convencendo o telespectador que o corpo atirado no chão realmente trocou tiros com a imperdoável e letal polícia.

E na nossa realidade periférica baiana a violência policial tem tirado de cena jovens cada vez mais cedo, causando dores irreparáveis para a família. Este é o caso do menino Davi Fiúza, que foi sequestrado pela PM baiana em 2014, assassinado e seu corpo até hoje não foi encontrado. A mãe de Davi, Rute Fiúza (2018), deu o seguinte depoimento ao site jornalístico *Ponte*, em 2018, sobre o assassinato e sequestro de seu filho: “Um batismo de 19 policiais militares que estavam se formando soldados na Bahia. Esses alunos foram fazer a lição de casa, [sargentos e tenentes] foram ensinar a matéria [execução] para eles e meu filho que foi o escolhido.

O jovem entrou para as estatísticas e, mesmo com toda luta junto à polícia civil, que investiga o caso e o ministério Público da Bahia, o caso vem se enrolando a cada ano que passa. O que dona Rute mais queria agora era o direito de poder enterrar o corpo do filho, porque, segundo a própria, esperança dele estar vivo é zero, seis anos depois do ocorrido.

A PM nasceu no período imperial do Brasil como instrumento de opressão para as classes pobres e serviu, durante todo o período da república como o braço armado a serviço da elite branca nacional. Foi no período da ditadura civil militar entre os anos de 1964 a 1985 que seu papel foi fortalecido como mecanismo de opressão, em 1969 com o decreto de lei nº 667 que a PM foi colocada sob a tutela do exército nacional se tornando assim comandadas por oficiais do exército através da recém-criada IGPM (Inspetoria geral das policias militares).

Mesmo com a promulgação da constituição de 1988 o emparelhamento do exército com as PMs foi mantido, os decretos continuam vigentes, aos poucos foram sendo retirados do processo legal aditivos que davam carta branca para o policial militar atirar usando como justificativa o “auto de resistência”. O auto de resistência é um dispositivo que os policiais usam para dizer nos relatórios que houve resistência na hora da abordagem, e

que o suposto “criminoso” reagiu atentando contra a vida dos PMs e ou de outros civis.

O sociólogo Michel Misse desenvolveu uma pesquisa sobre o título: “Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011), com o objetivo de saber como são realizados os procedimentos apuratórios e o julgamento de casos chamados de “autos de resistência”, conclui, dos dados trazidos em sua pesquisa, o que mais choca é saber como o “auto de resistência” funcionava perfeitamente para os policiais na hora de ter um motivo para ter atirado. O efeito era tão positivo, que ainda segundo Misse (2011) o Ministério Público (MP) propôs o arquivamento em 99,2% dos casos em que aparece em relatório o dispositivo “auto de resistência”. O *modus operandi* é sempre os mesmos.

Os termos de declaração diziam que os policiais estavam em patrulhamento de rotina ou em operação, em localidade dominada por grupos armados, foram alvejados por tiros e, então, revidaram a ‘injusta agressão’. Após cessarem os disparos, teriam encontrado um ou mais ‘elementos’ baleados ao chão, geralmente com armas e drogas por perto, e lhes prestado imediato socorro, conduzindo-os ao hospital. Em quase todos os ‘autos de resistência’ é relatado que as vítimas morreram no caminho para o hospital, e os boletins de atendimento médico posteriormente atestam que a vítima deu entrada no hospital já morta (MISSE, 2011, p. 33).

O *modus operandi* é o mesmo em todo lugar, seja em governos que vivem sob a batuta do autoritarismo, da política da violência para combater a violência a exemplo dos últimos governantes do estado do Rio de Janeiro, ou ainda, sob a batuta daqueles que se dizem democráticos e levantam bandeira em prol das minorias, mas fazem vista grossa para os contínuos assassinatos cometidos pela polícia militar nas favelas baianas.

Pensamos que, com um governo de esquerda eleito democraticamente, a situação fosse melhorar, mas não, parece que só piorou a situação negra. Desde 2006 (ano que o PT, Partido dos Trabalhadores, ganhou as eleições estaduais, desbancando o carlismo na Bahia), a política de segurança do governo baiano – primeiro com Jacques Wagner (2007-2014)

depois com Rui Costa (2015-2022) – se tornou a mais letal para os moradores da periferia. O multiartista Sandro Sussuarana levanta um questionamento pertinente sobre o assunto:

Quem elegeu o governo de esquerda foi o movimento negro e os movimentos sociais, e a partir daí a gente cai numa armadilha terrível que foi o de parar de reivindicar, nós viramos o governo e deixamos de ser oposição. Quando nós paramos de ser oposição, nós paramos de questionar, as nossas pautas principais não chegavam e isso aconteceu porque muitos líderes comunitários, líderes de movimentos sociais e, infelizmente, líderes do movimento negro ganharam cargos no governo [...] e pararam de pautar as nossas reivindicações: melhores moradias, segurança pública, saúde e, principalmente, o combate ao extermínio da juventude negra. Todas essas pautas viraram massa de manobra para arrotar nos lugares que se chegava e dizer que estar fazendo alguma coisa. Nesses 16 anos de governo de esquerda aqui na Bahia foi o período em que mais se matou jovem negro no Brasil e isso é inadmissível. Como é que um governo eleito pelo movimento negro tem uma alta taxa de mortalidade, ou melhor, aumenta a taxa de assassinato de jovens negros. Aumentou-se número de universidades? Sim. Perfeitamente! Criou-se muito campus universitários? Perfeitamente! Melhorou-se muito na qualidade da saúde? Sim! Mas, na mesma proporção, matou-se mais jovens negros (SUSSUARANA, 2020, p. 166).

É um questionamento altamente pertinente feito por Sandro Sussuarana, pois a militância negra que fez campanha para o PT recebeu cargo em alguma secretaria ou órgão e se calou para não comprometer seus empregos. Outra “curiosidade” que notamos com o governo de esquerda é a carta branca dada aos diversos batalhões especiais para agirem no “combate e repressão” a homicídios nas favelas de Salvador, de um lado estampam nas viaturas o lema “pacto pela vida”, do outro a figura do governador usa da metáfora do futebol para dizer que seus policiais fizeram um gol de placa. É comum ouvir, nas favelas: “lá vem a RONDESP”, “lá vem a PETO”, “lá vem a CAATINGA”, todos estes batalhões especiais, que causam terror por onde passam, inspirados no BOPE e na ROTA (batalhões do Rio de Janeiro e de São

Paulo, respectivamente), têm deixado um rastro de sangue e medo nas periferias baianas.

Toda essa narrativa serve para pensarmos que tanto a direita como a esquerda não estão comprometidos no combate ao genocídio da população negra, é preciso mais. E esses números tem aumentado cada ano mais, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ (FBSP), publicado em julho de 2021, a letalidade policial aumentou significativamente, mesmo em período de pandemia em que a circulação de pessoas é restrita. Segundo o FBSP, dos mortos, 78% são negros. Para a pesquisadora Mércia de Lima Amorim (2020), essa política de extermínio é uma estratégia há muito tempo traçada de genocídio dos corpos negros.

Entendemos o quanto a violência policial, com suas mãos armadas e o encarceramento em massa, como consequências do racismo, são medidas de parar o crescimento da população preta. Todo esse processo de extermínio de pessoas pretas pode ser considerado como estratégias do Estado para que corpos pretos deixem de existir [...]. A partir do momento em que se mata um negro, impede-se que outro sujeito negro possa vir a existir. Sendo assim, não podemos negar, não podemos jamais esquecer de que nossas existências foram e continuam sendo apagadas, de que “a carne mais barata, ou sem validade, do mercado é a carne preta” e de que existe um ódio racial contra nós que não finda. Portanto, vivenciamos crime de genocídio contra as populações negras no Brasil diariamente (AMORIM, 2020, p. 98).

Com isso, constatamos que o discurso usado pelos dois campos ideológicos, aparentemente distintos, são os mesmos, combate às drogas. Aliás, a política de combate as drogas é a narrativa usada para justificar os assassinatos nas periferias e o encarceramento em massa da população negra, e isso se intensificou após a promulgação da lei antidrogas², em 2006, o endurecimento do crime de tráfico de drogas aumentou de forma assustadora

¹ <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

² lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm.

a população carcerária. Segundo dados do INFOPEN (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) 28% dos presos estão presos sob o crime de tráfico de drogas, esse tem sido o resultado da política de extermínio da juventude negra, implantado no começo do século XX e tocada a todo vapor em pleno século XXI, aqui no Brasil e em outros países como os E.U.A.

No primeiro semestre de 2020 um assassinato vai reacender a luta antirracista contra a violência policial por todo o mundo, o assassinato de George Floyd. O assassinato brutal do segurança George Floyd, 46 anos, nos EUA escancara a face do racismo que cerca a estrutura policial em todo mundo. Em meio a uma pandemia que assombra o mundo e que também tem tirado a vida de muitos negros (o número de negros mortos pela Covid-19 é bem maior que a de brancos³) o assassinato brutal de um homem negro incendeia as ruas norte-americana e ganha adesão por quase todo mundo.

O racismo é tão letal que mata com as mãos nas costas ou no bolso como foi o caso do assassinato de George Floyd, no dia 25 de maio de 2020. Acusado de passar dinheiro falso ele foi abordado, algemado e teve sua vida interrompida por um policial branco que se ajoelhou em seu pescoço e com as mãos no bolso pousou alegre para as câmeras que filmavam aquela triste cena. George Floyd, negro, homem de quarenta e seis anos, pai de três filhas implorava pela vida quando via sua respiração diminuir, e seu pedido de socorro escancarava mais ainda a face cruel do racismo estrutural presente nas forças de segurança, seja nos Estados Unidos, ou no Brasil.

O assassinato de George Floyd foi o estopim para a população negra do estado de Minnesota tomar as ruas da cidade pedindo justiça. Logo, os protestos se espalharam por outros estados norte-americanos e ganhou o mundo com a *hashtag* #BlackLivesMatter – #BLM (Vidas Negras Importam). Os EUA foram palco de um intenso movimento pelos direitos civis que há tempos não se via, negros e negras são constantemente assassinados por policiais e pouco se faz sobre isso, vira apenas mais dados estatísticos, apesar da tentativa de políticos oportunistas que querem “pongar” na onda dos

³ Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>.

protestos para se promover, prometem o combate, mas sucumbem após as eleições.

No Brasil toda essa efervescência acontece de modo tímido, a cada dia vemos e lemos nos jornais casos de abusos policiais e a passividade do povo brasileiro, sobre esses abusos, permanece a mesma. Isso pode ser explicado por dois pontos: primeiro, a polícia militar brasileira é a que mais mata comparada a outros países, isso causa medo nas pessoas. Segundo, o racismo à brasileira, criou uma narrativa de harmonia, fruto do famigerado mito da “democracia racial” que colocou na cabeça de uma parcela da população que vivemos numa harmonia racial no país, fez com que as pessoas acreditassem que vivemos num país sem racismo e se os negros são os que mais morrem é porque está em maior número na sociedade. Por isso, no Brasil a luta antirracista é quase que solitária da população negra organizada contra seu extermínio quando deveria ser uma luta de toda sociedade organizada.

A violência no Brasil é bem maior que nos EUA, a polícia militar brasileira mata mais que qualquer outra polícia no mundo sem mesmo estar em guerra. Os batalhões da morte, com suas insígnias de caveiras, estão presentes em toda corporação da PM e se sentem ainda mais fortalecido com a eleição do deputado Jair Bolsonaro para presidência em 2018. Outra coisa a se destacar é que no Brasil a comoção é seletiva. Nos EUA enquanto brancos se misturam em passeatas contra o assassinato de George Floyd, aqui a maioria prefere dizer que foi fatalidade, que o menino estava no lugar errado ou foi erro do policial.

Mas, como assim, erro policial? Todos esses jovens assassinados foram apenas fatalidade ou erros das polícias? Ou ainda as crianças mortas por balas do Estado: O garoto João Pedro (14 anos), a menina Jenifer Gomes (11 anos), Micael Menezes (12 anos), Kauan Peixoto (12 anos), Kauã Rozário (11 anos), Pedro Gonzaga (19 anos), Kauê Ribeiro (12 anos), Ágatha Félix (8 anos), Kethellen de Oliveira (5 anos); Ryan Andrew Nascimento (9 anos). Essa prática parece mais com a política de genocídio do Estado brasileiro, está entranhado no DNA estrutural da PM brasileira.

O assassinato de George Floyd é um marco na discussão violência policial contra a população negra em todo mundo, os tempos que virão mostrará se resultou em algo significativo para mudar o cenário de violência

que a população negra⁴ é vítima, ou se será apenas mais uma onda a favor dos direitos civis que se esvaziará com o tempo. No entanto sabemos o quanto é difícil uma mudança significativa na estrutura das forças policiais, já que o então presidente norte-americano – na época do assassinato de George Floyd – Donald Trump, tem se mostrado avesso aos protestos. O atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro segue a mesma linha de raciocínio, vociferando um discurso de ódio a cada vez que se pronuncia para falar sobre direitos civis. Desde 2018, ano que o presidente Jair Bolsonaro foi eleito, as forças policiais brasileiras se sentiram legitimadas para continuar seu projeto necropolítico contra a população negra, principalmente nas favelas brasileiras.

As últimas palavras de George Floyd foram “não consigo respirar, não consigo respirar, não consigo respirar”

A poética antígenocida dos saraus negros

O genocídio do povo negro é denunciado na produção poética de muitos escritores negros da literatura periférica preta baiana, que transforma as dores das diversas violências sofridas em versos de indignação, revolta e luta. Por isso, reafirmo, os saraus periféricos negros de Salvador são eficazes nessa luta contra o genocídio negro, pois seus jovens falam deste assunto, não só através da poesia, mas também de debates promovidos pelos idealizadores, além de ser um espaço social importante em bairros que não têm centros culturais, no entanto, essas poesias não param as balas que insistem em procurar os corpos negros, poeta nenhum quer morrer para viver mártir, o que se quer, o que se deseja é que pare com o genocídio da população negra, principalmente pelas mãos armadas do Estado brasileiro.

A PM, seguindo o projeto de extermínio da população negra favelada, é a responsável pela morte e o desaparecimento de muitos jovens negros, moradores das periferias assim como Davi Fiúza. Dia sim, dia não, os

⁴ No dia 30/06/2020 a universidade Zumbi dos Palmares, sob a tutela do reitor José Vicente, lança O manifesto "Vidas negras importam: nós queremos respirar", chamado de Movimento Ar, que propõe dez ações voltadas para o campo da segurança, educação e empregos da população negra. As ações estão disponíveis no site do movimento <http://movimentoar.com.br/>.

moradores das periferias são encurralados nas esquinas e vielas, na escuridão da noite ou em plena luz do dia e agredidos. E toda essa violência acaba virando revolta e combustível para produção poética dos escritores das periferias.

Um exemplo de como esse tema é abordado pode ser observado na poesia de Lucas Silva, “Desvendando a Farsa” – recitada em saraus e *slams*, e também publicada no livro *Poéticas Periféricas: Novas Vozes da poesia soteropolitana*. Aqui, o eu-poético descortina a ideia falsa de que a PM está à serviço do povo negro:

É uma farsa, que promove nossa desgraça
que diz nos proteger mas na prática é quem nos mata,
alguns escondem a cara, muitas vezes de farda parda,
Financiados pelo estado, forja, tortura, rouba, espanca e
mata,
Dizem ser pelo povo, mas ingênuo é você que acha que
eles são treinados
para te proteger,
já tá escaldado, conta outra, muda a história,
invade o gueto põem terror dizendo trazer melhora
mas no final de contas mata mais que a própria droga,
Vê se se toca, a política é contra o preto e não contra as
drogas,
Pois enquanto vários morrem no gueto vocês esquecem o
helicóptero do
bacana encontrado cheio de coca
Distorcem a realidade e quem se fode é a maloca, nos
beco, vielas, quebrada das casa torta
Por que a PETO não mata traficante que mora no
Corredor da Vitória,
então não se iluda, a polícia da favela não é a mesma da
Pituba, e espero
que vocês não tenham esquecido a chacina do Cabula.
Enquanto o branco é condenado, o preto é executado,
torturado, frequentemente silenciado.
Mas viemos dar o recado, nessa cidade de pouco amor, e
deixar bem escuro
que o critério de execução sempre foi dado pelos traços e
pela cor
Tem algo errado em Salvador, na Orla faz proteção, na
favela faz sentir dor,

pouco amor que faz sangrar a ferida, ironia escrita na lateral “pacto pela vida”
de quem? Se nessa história sempre fui refém?
Se a justiça me maltrata, agora vou chamar por quem?
Prezar pelos que tão vivo e chorar pelos que foram mandados para o além,
Contrário dos menino bom que se empolga com uns vintém, sentando
o dedo e mostrando que sabe matar também
que desde de moleque não foi ajudado por ninguém, mas morre cedo e
contrariado, fazendo o mal achando que faz o bem,
Namoral, favela passa mal, desde o buzu lotado às rajada que mata
no gueto mas que não sai no jornal
A solução é nós por nós, do começo até o final. Reaja a essa e toda violência
e sejamos nós a resistência marginal! (SILVA, 2018, p. 100).

O texto é entrelaçado entre a denúncia do extermínio promovido pela PM através do PETO (Pelotão de Emprego Tático Operacional) e as pessoas que acreditam na ilusão da PM feita para proteger o povo preto: “dizem ser pelo povo, mas ingênuo é você que acha que eles são treinados para te proteger” (SILVA, 2018, p. 100). Lucas Silva traz outro aspecto importante neste poema, que ele chama de “ironia”, pois a polícia que mais mata é a que tem, em algumas de suas viaturas, o *slogan* “Pacto pela vida”⁵, que vem a ser um programa do Governo do Estado da Bahia.

Fiquemos atentos para mais um detalhe, a existência de dois *modus operandi* da PM na Bahia: a atuação que ela tem com os moradores da Pituba e do Corredor da Vitória⁶ não é a mesma atuação que ela pratica com os moradores das periferias, invadindo casas, atirando primeiro para depois perguntar, abordando crianças no caminho da escola. Quem é jovem e negro sabe muito bem o quão a polícia é benevolente com os jovens brancos de

⁵ Programa Pacto Pela Vida, instituído pelo Governo do Estado da Bahia, lançado oficialmente em 06/06/2011, tem, como uma das ações, a implantação de Bases Comunitárias de Segurança no Estado.

⁶ Pituba e Corredor da Vitória são bairros considerados “nobres”, onde a grande maioria populacional é composta por brancos, de classe econômica alta.

classe média que são pegos cometendo algum delito, ou, até em manchetes de jornais. Enquanto os negros são rotulados como traficantes ou marginais, os de classe média recebem o título de “jovens de classe média”, ou “estudantes” que cometeram algum delito.

O eu-poético transita entre a denúncia da impunidade da coca flagrada no “helicóptero do bacana”⁷ e a chacina de doze jovens executados no bairro do Cabula, em 2015⁸, ocasião que o governador petista baiano Rui Costa classificou como um gol feito pela PM:

[...] é como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol. Depois que a jogada termina, se foi um golaço, todos os torcedores da arquibancada irão bater palmas e a cena vai ser repetida várias vezes na televisão. Se o gol for perdido, o artilheiro vai ser condenado, porque se tivesse chutado daquele jeito ou jogado daquele outro, a bola teria entrado⁹.

Esse processo de racismo, que é estrutural, é reforçado pelas narrativas da mídia, principalmente pelos programas policiais que enchem a televisão com corpos negros diariamente encarcerados ou mesmo expostos no meio da rua. Para o advogado, professor e militante Silvio de Almeida (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro, porque os estudos a respeito da desigualdade racial foram, e são, utilizados para justificar a inferioridade da população negra, não fazendo críticas sobre a condição do negro na sociedade e nem fazendo nada para mudar este quadro. O “nós por nós” que encerra o poema é o chamamento para o povo preto se aquilombar, seja em espaços como os saraus, seja através da solidariedade entre nós, fortalecendo a luta do irmão preto ou da irmã

⁷ Referência a 450 kg de cocaína apreendido pela PF em um helicóptero da empresa do deputado estadual por Minas Gerais Gustavo Perrella (Solidariedade), filho do senador Zezé Perrella (PDT-MG).

⁸ 12 jovens foram executados na localidade de Vila Moisés, bairro do Cabula, pela Polícia Militar da Bahia. Mais informações em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/02/06/chacina-do-cabula-acao-da-pm-que-deixou-12-mortos-na-ba-segue-sem-solucao-apos-4-anos.ghtml>.

⁹ Disponível em: <https://negobelchior.cartacapital.com.br/pm-baiiana-e-maquina-de-matar-negros-e-o-governo-grita-gol/>.

preta que trava uma luta diária para sobreviver, ou ainda através do fortalecimento das comunidades, seja financeira, seja sociocultural.

Em outro poema, agora do escritor Pedro Zaki, observamos que o mesmo *modus operandi* denunciado no poema anterior é exposto aqui. A PM não respeita morador de favela em lugar nenhum do país. Somos vistos como ameaças à paz de uma elite branca que acha que vive num país só seu e cujo Estado coloca policiais negros (uma grande parcela age como capitão do mato) na defesa dessa parcela rica da sociedade. O interessante e trágico ao mesmo tempo nessa história é que a polícia que mais mata é também a que mais morre, formando assim um ciclo de mortes de pessoas negras num índice muito elevado.

De acordo com dados mostrados no *13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 51,7% dos 726 policiais mortos entre 2017 e 2018 eram negros, 48% de brancos e 0,3% de amarelos. Por isso, quando falamos sobre genocídio da população negra, precisamos colocar nessas estatísticas o crescente número de policiais que são vítimas da violência por negligência do Estado, que está mais preocupado em criar um contingente alto de policiais do que prepará-los adequadamente para estarem nas ruas. Vamos ao poema:

PM sinônimo de Preto Morto
Sinônimo de confundido no morro
Sinônimo de oculta o corpo
Se de longe eu vejo me tremo todo.

Mão na cabeça e encosta no muro
Invadiu minha quebrada bicudo
Oprimindo vários com pontapés e murros
Execução sumária nos becos escuros.

Racismo não existe é só coisa da sua cabeça,
Claro que a distribuição é igual, mas só nos mandam para
os cargos de
limpeza
Racismo não existe é só coisa da sua cabeça,
É impressão minha se bala perdida só encontra pele
preta.
Racismo não existe é só coisa da sua cabeça,
A abordagem é igual independente onde esteja.

Sinto o olhar da maldade
Toda vez que passo por eles na cidade,
Não por quem eu sou, mas porque eu sei como você age
E sei que já interromperam o sonho de vários meninos da
minha idade.

Quem não deve não teme
Mas só de passar pela viatura o pivete se treme.
Tenho medo de ser só mais um na mão da PM (ZAKI, 2018,
p. 125).

O poema demonstra o medo dos jovens negros em passar próximo a uma viatura. O poeta não mede palavras, ele chega mostrando o quanto, para os negros, a polícia é sinônimo de morte e medo. O primeiro verso traz logo essa sensação de medo em ser “confundido” pela simples ideia de que, aos olhos da polícia, todo negro se parece e tem passagem pela delegacia. Contra a alusão difundida no imaginário social de que “racismo não existe”, que é só coisa de nossa cabeça, Zaki mostra como os negros ocupam cargos em empresas de menor prestígio e são o alvo preferido das “balas perdidas”. O medo de virar estatística é demonstrado no final do poema, medo que eu senti na pele. Ninguém quer virar mártir.

O racismo se beneficia dos efeitos psicológicos entranhados nas subjetividades sob a sua estruturação, criando assim uma classificação onde pobres e negros são assimilados como pessoas não confiáveis, propensas a qualquer tipo de crime, que ameaçam a segurança do “cidadão de bem” só por existirem. E esse medo todo vem de longo tempo, anterior à abolição: a massa de negros espalhada pelas ruas das grandes cidades e pelos campos do interior criou a neurose na elite econômica a respeito de uma tentativa de vingança, como pontua a professora Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 10):

[...] o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio. Adorno e Horkheimer destacam que os mais poderosos impérios sempre consideraram o vizinho mais fraco como uma ameaça insuportável, antes de cair sobre eles. Afirmam que o desejo obstinado de matar engendra a

vítima; dessa forma ela se torna o perseguidor que força a legítima defesa.

E ela continua:

Esse medo assola o Brasil no período próximo à Abolição da Escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite. É possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração europeia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros (BENTO, 2002, p. 10).

Esse medo relatado presente na voz poética no poema “Um grito da Favela”, assim como o mostrado pela professora Maria Aparecida Silva Bento (2002) da elite brasileira frente à massa de miseráveis andando pelas ruas, medo de uma revolta, nos conduz a um pensamento assustador por escancarar que todos esses atos de extermínios são parte de um engrenagem há muito tempo posta em atividade.

O escritor, poeta e ator Rilton Junior, um dos grandes nomes da literatura periférica que circula nos saraus, conhecido também no cenário alternativo literário baiano como “Poeta com P de Preto”, constrói uma narrativa que escancara o tratamento ofertado pelos batalhões de extermínio da polícia militar aos moradores das periferias numa simbiose performática que envolve um trato poético bem construído sem perder o tom da denúncia da violência sofrida:

A brisa leve do vento leva a fragrância da ranha
queimando
Os cachorros latindo incessantemente é sinal que a PETO
esta invadindo
A matraca canta seis vezes, ditando a trilha sonora de
qualquer quebrada em Salvador
Farda parda, bota preta, fuzil auxiliar na mão do
empregado do capeta, Rui Corta

E compara com partida futebolística
Chacinas surgem todos os dias
E o soldado, o soldado recebe bonificação pela
produtividade
Mas qual é a produtividade da PETO? DA CEPO? da
PATAMO? da APOLO? da RONDESP? Matar preto.
Politico julga quem rouba e trafica pra sobreviver
Enquanto traficam milhões, roubam toneladas pra
construir seus impérios
Mas o meu verso é como esmeril, cortando o ego de quem
tanto se sentiu
O fio da vida é a poesia preta que me eleva o nível do
raciocínio
No meu bolso se vai eu trago um fino
Na minha preta é a única que eu confio o meu segredo
Da PATAMO eu tenho medo, eu não devo, mas eu tenho
medo,
porque o estado é racista e o meu fenótipo é de um jovem
preto (JUNIOR, 2018, Sarau da Onça).

Seu poema, “Relatando as Mazelas do Gueto”, visa caracterizar não só a prática de racismo institucionalizado praticado pelo governo, mas também questionar algumas proposições que nos rodeia e não nos interrogamos sobre. Por exemplo, a “produtividade” dos batalhões de extermínio da PM, como questionado pelo eu-poético: “mas qual é a produtividade da PETO¹⁰? da CEPO? da PATAMO¹¹? da APOLO¹²? da RONDESP¹³?” São perguntas imediatamente respondidas pelo próprio sujeito poético: “matar preto”. A ambiguidade do racismo à moda brasileira permite que nossa visão fique embasada, que muitas vezes não percebamos o quanto não atentamos para estes fatos, a engenhosidade da estrutura racista à brasileira foi tão bem orquestrada que cogitamos, em um governo que sobre ao topo com votos dos mais pobres, que eles, com a “nossa” benção crie cada vez mais batalhões para nos executar.

¹⁰ Pelotão de Emprego Tático Operacional.

¹¹ Patrulhamento Tático Móvel.

¹² Grupo de operações no combate a roubos de veículos em Salvador.

¹³ Rondas Especiais.

Célia Marinho de Azevedo (1987) expõe como o ideal de branqueamento nasce do medo construído pela elite branca pós-abolição com medidas para conter a mancha negra no Brasil, tais como a imigração branco-europeia, a miscigenação e a prática contemporânea de extermínio da juventude negra, ou, como denomina Achille Mbembe (2018), a necropolítica.

Desenvolvida pelo camaronês Achille Mbembe em um ensaio no ano de 2003, chegando ao Brasil em formato de livro em 2018, *Necropolítica – e o necropoder* – é, resumidamente, a política da morte que tem o Estado como seu principal “patrão”. Mbembe (2018) propõe pensar a morte como estratégia de poder. Leitor de Michael Foucault, ele rediscute a noção de biopoder questionando se esta forma ainda é plausível para se pensar as formas de violência contemporânea. Como chega a uma resposta negativa a esse questionamento, ele desenvolve os conceitos de necropolítica e de necropoder como formas contemporâneas no exercício de matar.

O Estado usa a estratégia do necropoder associada à ideia de proteção do bem comum e ao medo para “resguardar a sociedade” como prerrogativa de atirar quando o sujeito é negro ou se encontrar em áreas onde tem “permissão para matar”, não importando se tem inocente ou criança na linha de tiro: o mais importante é “eliminar” à ameaça escura. Para isso funcionar como uma engrenagem muito bem lubrificada, a mídia exerce um papel fundamental nesse projeto. Por um lado, os programas policiais elevam a categoria dos policiais a heróis nacionais, guerreiros como são chamados, que saem de casa todo dia para enfrentar a bandidagem, arriscando suas vidas, por outro lado, reduzem os sujeitos mortos a indivíduos que atentaram contra a sociedade, toda essa retórica é construída dentro de uma narrativa de combate a violência e ao tráfico de drogas.

Depois de toda essa paisagem assustadora, que escancara o genocídio negro a todo vapor, é preciso atentarmos que a solução para dar um basta neste genocídio preto é o “nóis por nóis”, isto é, ocupar os espaços, modificá-los, como fizemos com as periferias brasileiras através do *hip-hop*, dos *saraus*, *slams* e das literaturas – marginal, periférica, negra, quilombista e mais – que modificaram a ideia de periferia no nosso imaginário. Ocupar os partidos políticos com negros e negras no legislativo, judiciário e executivo

para implantarmos uma mudança política realmente progressiva, que ponha fim ao extermínio de jovens nas periferias, com políticas realmente voltadas para esse combate. “Ocupar vários espaços é o nosso plano de paz”, afirma MV Bill (2010). As duas poesias a seguir, recitadas em edições do *Sarau do JACA*, de forma bem sucinta, nos fazem pensar como o aparato bélico do Estado é colocado em ação contra os excluídos da sociedade.

Armamentos de guerra
Maliciosos a sua espera
Bagulho é a verá
Sem essa de quem não deve não teme
Pra quem é preto, até quem não deve
É julgado (Rilton Junior)

É a bala veloz
Do branco algoz
Que cala a voz
Do jovem da favela
A favela que ouviu
O som do fuzil
O corpo sumiu
Bem vindo ao brasil (Cairo Costa Andrade)

Os dois últimos poemas deste artigo, apesar de curtos, dão uma resumida do que foi falado até este momento. A poesia de Cairo Costa Andrade dialoga com o que foi discutido sobre o extermínio do jovem negro pelo projeto capitalista, elitista branco, que parece se mostrar como um projeto nacional, ou como uma característica nacional. O poema de Rilton Junior mete o dedo na ferida, fala sobre o poder bélico que a polícia militar brasileira usa nas ruas, como se estivesse num campo de batalha: poderosos fuzis, pistolas cada vez mais letais.

Considerações finais

O investimento em armamentos para a polícia é absurdamente alto se comparado ao que se investe em educação. Se metade do dinheiro gasto em segurança pública fosse revertido para educação, talvez se resolvesse o problema da educação e da segurança, juntos, numa mesma tacada. Mas, ao contrário disso, há um sucateamento das escolas, professores mal

remunerados, salas lotadas, isso porque, esse processo de genocídio passa pela educação, sem dúvida, se inscreve desse jeito mais uma forma de extermínio dos jovens pobres. Por isso, os saraus, coletivos litero-culturais e espaços culturais são importantes na construção de uma nova realidade nas periferias, cada vez mais pujante, cada vez mais agregando pessoas e comunidades.

De tudo que foi discutido nesse artigo, percebemos que a luta antirracista tem se tornado uma luta dos negros. Nesse cenário, é preciso que os movimentos negros repensem suas estratégias e trabalhem mais intensamente pela politização cotidiana do povo negro e pobre, pois com a chegada do petismo isso se agravou. A luta tem se restringido apenas em período de eleições pela ocupação de cargos nos parlamentos, o povo negro tem de ser convocado também a ir além do discurso de denunciamento. É curioso que nenhum segmento do movimento negro instrumentalize o dado público, por exemplo, que os crimes de corrupção costumam ser cometidos por homens brancos muitas vezes perdoados pela justiça e beneficiados pela fraca memória e cumplicidade da imprensa e dos negros pobres que insistem em eleger a elite branca.

A poesia preta baiana tem mudado a vida de pessoas e tirado bairros, que antes só eram vistos como lugares de violência, das páginas policiais, mostrando como os jovens pretos das periferias ressignificaram o fazer literário. Apesar de toda violência, estes jovens têm criado alternativas de vivência através da arte, através da poesia. A gente sabe que livro nenhum, poesia nenhuma desvia as balas dos corpos negros, mas esses novos espaços litero-culturais têm conduzido jovens para um caminho que em meio século pouco se esperava que é a escrita literária.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMORIM, Mercia de Lima "*Hoje vocês não matam um negro nesse campo*": *A literatura e a militância do escritor Hamilton Borges*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens UNEB. Salvador, 2020. 196 fls.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edição Especial 2018: Análises dos Estados e Facções Prisionais*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em:

http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2018/09/FBSP_ABS_P_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf.

INFOPEN, *levantamento nacional de informações penitenciárias*. MOURA, Marcos Vinicius (Org.). Brasília, Ministério da Justiça e segurança pública. Departamento penitenciário Nacional, 2019.

JUNIOR, Rilton. *Poema: Relatando as Mazelas do Gueto*. Sarau da Onça, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MISSE, Michel. *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)* 2011. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa disponível: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Pesquisa AutoResistencia_Michel-Misse.pdf.

SILVA, Lucas. Desvendando a Farsa. In: JESUS, Valdeck Almeida de (Org.). *Poéticas periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2018. p. 100.

ZAKI, Pedro. Um grito da favela. In: JESUS, Valdeck Almeida (Org.). *Poéticas periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2018. p. 125.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.